

GT 1. Lutas camponesas e indígenas na América Latina

A particular revolução burguesa brasileira e suas implicações político-econômicas: autoritarismo e criminalização dos movimentos sociais

Pablo Polese de Queiroz¹

Resumo: O texto aponta algumas particularidades históricas da revolução burguesa brasileira, uma contra-revolução defensiva acompanhada de um Capitalismo de tipo "hiper-tardio". Engendrou-se no país uma forma original de Capitalismo "selvagem", essencialmente antidemocrático, que não trouxe consigo os ganhos civilizatórios que o Capitalismo trouxe nos "casos clássicos" de revolução burguesa. Com a democracia formal foi possível aos casos clássicos de revolução burguesa garantir espaço para o desenvolvimento das lutas de classes por meio dos próprios órgãos políticos da institucionalidade dada, o que permitiu relativos ganhos ao trabalho em suas lutas "dentro da ordem" (p.ex. as reformas agrária, urbana, os direitos trabalhistas e as políticas sociais amplas). Ao contrário, no Brasil a classe trabalhadora foi mantida sempre em estado "anômico", à margem da história e dos ganhos civilizatórios possíveis no Capitalismo, o que demanda uma atitude política mais radical, rumo à Revolução socialista.

Palavras-chave: Capitalismo selvagem; Revolução burguesa no Brasil; Democracia; Imperialismo; Revolução socialista.

Introdução

Aquele que se aventura a compreender o Brasil atual, seja qual for seu enfoque, se político, social, econômico ou cultural, inevitavelmente terá de compreender o debate sobre o caráter da revolução burguesa no Brasil; mesmo que porventura venha a considerá-la uma contra-revolução ou mesmo um mito. Entender a realidade social do Brasil

¹ Mestre em Sociologia pela Unicamp/SP, doutorando em Serviço Social pela UFRJ e UERJ. Contato: pabpolese@yahoo.com.br

contemporâneo exige um olhar atento para a história do país e sua posição peculiar no desdobramento das revoluções burguesas, quando o sistema do capital se impõe ferreamente em todo o globo.

Nesse sentido, observar as especificidades e implicações político-econômicas da Revolução Burguesa Brasileira reside no fato de que colhemos agora os frutos da forma particular de entificação do Capitalismo no Brasil. Colhemos os frutos, por um lado, do forte desmantelamento político que a ditadura civil-militar de 1964-85 operou sobre a esquerda brasileira, desmantelamento que tornou possível a implantação e manutenção, até hoje, de um padrão altíssimo de exploração da força de trabalho brasileira, bem como dos recursos naturais do país. Por outro lado – e um e outro lado estão intimamente ligados –, colhemos os frutos da história econômica do país; do fato de sermos desde o século XVI um país de extração colonial onde, conforme a precisa análise de Caio Prado Jr., toda produção sempre esteve voltada “para fora” do país, impossibilitando a acumulação interna e todos os seus corolários políticos: os benefícios que desenvolvimento do capitalismo possibilita, quando levado a cabo em acordo com os interesses da burguesia interna, por exemplo o enraizamento social de direitos e garantias de cunho democrático.

A imprecisa interpretação do caráter da Revolução Brasileira levou a esquerda nacional a tomar como pressuposto que toda Revolução burguesa precisa ser levada a cabo pela burguesia, o que foi um primeiro engano. Depois, tornando a coisa ainda mais trágica, deduziram do fato aparentemente óbvio de a revolução burguesa ser de interesse da burguesia, uma conclusão não tão óbvia: esta classe apoiaria a efetivação de tal revolução que lhe é tão benéfica, ou seja, lutaria pela defesa de seus interesses de classe. Esse engano custou caro. O motivo de tais equívocos da esquerda brasileira é múltiplo, um deles, também ressaltado por Caio Prado Jr., reside no fato de que teoricamente esta esquerda era muito limitada, tendo interpretado a revolução brasileira a partir de um “modelo” idealizado de revolução. Mas tal abordagem teórica não foi a única; houveram abordagens alternativas, mais críticas e lúcidas.

Dentre as abordagens teóricas alternativas àquela visão (que teve no Partido Comunista Brasileiro sua maior expressão) em torno do complexo problemático da Revolução Burguesa no Brasil, certamente foram mais realistas e fecundas as abordagens que problematizaram a questão articulando dialeticamente a *particularidade* e especificidade do desenvolvimento capitalista brasileiro com a *universalidade* do processo histórico no qual o sistema do capital se generaliza a todo o planeta. Esquemáticamente,

pode-se dizer que os grandes expoentes teóricos desse debate buscaram responder a três questões:

- a) Quais foram os processos que conduziram o Brasil à “modernidade” capitalista?
- b) A efetivação ou ausência ou peculiaridade da Revolução Burguesa brasileira engendrou que tipo particular de Capitalismo no Brasil?
- c) Quais são as possíveis tendências e caminhos para a superação dessa formação econômico-social em nosso país?

A seguir teceremos alguns apontamentos em torno do modo como alguns expoentes dessa abordagem alternativa trataram dessas questões.

Particularidade da Revolução Burguesa no Brasil

Pondo em discussão a especificidade da construção da sociedade de classes no Brasil, no período posterior à abolição da escravatura e a implantação da República, Florestan Fernandes tematiza, inspirado na metodologia de Max Weber, a formação da “racionalidade burguesa”, a “ética do lucro”, colocando em questão o universo valorativo orientador das ações dos agentes envolvidos. Segundo o professor, se por um lado a abolição da escravatura é posta na ordem do dia e progressivamente o pensamento liberal passa a compor o universo valorativo das elites brasileiras – e parte da sociedade passa a demandar uma estrutura de “livre competição” – por outro lado a forma pela qual se deu a Independência de Portugal, ou seja, a forma pela qual emerge e “se resolve” a questão da construção nacional, tem um agravante: mantém a estrutura social brasileira sob bases estamentais. Desse modo, o “sistema competitivo” passa a coexistir e chocar-se com o “sistema estamental”, e é essa mescla, segundo Florestan, que então determinará de modo contraditório a particularidade da formação histórica brasileira. Nas palavras de Florestan,

Trata-se de determinar como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura. Sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, como iríamos organizar uma economia de mercado de bases monetárias e capitalistas? É dessa perspectiva que o burguês e a revolução burguesa aparecem no horizonte da análise sociológica. Não tivemos todo o passado da Europa, mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil. Falar em Revolução Burguesa, nesse sentido, consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil. (FERNANDES, 1974: 20)

Trata-se de entender a formação da ordem social competitiva em países de formação colonial como o Brasil. O autor, em consonância com Caio Prado Jr., aponta o Brasil como uma nação dependente e de extração colonial: aqui o desenvolvimento capitalista se defronta com estruturas econômicas, sociais e políticas remanescentes do regime colonial, que apenas superficialmente foram ajustadas aos “padrões capitalistas” da vida econômica. Florestan faz uma distinção fundamental entre capitalismo dependente e ordem social competitiva, a partir da qual procura identificar o agente social que melhor encarna a “condição burguesa de vida”. E encontrará este contraditório agente na cidade: incapaz de romper com alguns elementos da estrutura herdada, a burguesia mercantil urbana, que Florestan qualifica como “estamento social intermediário”, estabeleceu um vínculo estreito entre valores sociais substancialmente conservadores (elitistas) e a constituição da ordem social competitiva.

Por suas raízes históricas, econômicas e políticas, ela prendeu o presente ao passado como se fosse uma cadeia de ferro. Se a competição concorreu, em um processo histórico, para acelerar a decadência e o colapso da sociedade de castas e estamentos, em outro momento ela irá acarretar a expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista e fundamentalmente autocrático, como se o ‘burguês moderno’ renascesse das cinzas do ‘senhor antigo’. [...] Visto que as atividades comerciais, voltadas ao mercado interno e de cunho capitalista, não foram capazes de se desconectar da lógica que presidia o movimento do passado, os seus agentes assinalaram os mesmos critérios estamentais da ordem escravista, desenhando um estilo de vida semelhante ao da aristocracia agrária. (FERNANDES, 1974: 167-68 e 183).

Assim, a gênese e a especificidade da acumulação capitalista dependente brasileira se deu de forma bastante problemática, em função de uma particularidade da estrutura de classes brasileira. Nossa burguesia mostrou-se incapaz de se autonomizar da oligarquia e realizar as tarefas típicas das revoluções burguesas “clássicas”, como por exemplo a criação da *Nação* e a auto-afirmação de classe burguesa enquanto agente histórico fundamental das transformações econômicas e políticas. Ao contrário, a burguesia brasileira amalgamou-se com forças sociais retrógradas e não foi capaz de implementar um liberalismo e uma democracia “normais”. Aqui o Estado assumiu então uma tarefa importantíssima:

(...) o Estado foi a espinha dorsal das mudanças, pois a classe burguesa não deslança o processo de industrialização. [...] Os impasses da burguesia são as encruzilhadas de uma história dependente dos centros hegemônicos, cujas forças internas não são capazes de romper os liames externos. A ordem capitalista esbarra

na ingerência de fora, dados os seus padrões diversos de desenvolvimento que produzem, por sua vez, uma solidariedade composta de contrários. (ARRUDA, 1995: 179-80).

Florestan qualifica tal solidariedade como um pacto social, decorrente da tolerável "crise dentro da ordem", a qual é tolerável tão somente dadas as "vantagens comparativas".

Concluindo a reflexão levada a cabo até aqui, Florestan afirmará que a "revolução burguesa no Brasil consiste na crise do poder burguês, que se localiza na era atual e emerge como consequência da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista" (FERNANDES, 1974: 215).

Importante observar que nesse momento da análise Florestan passará a trabalhar com a noção de padrão de acumulação e com a teoria do imperialismo. É então que ele passa a entender o golpe de 1964 como o marco do "modelo autocrático-burguês de transformação capitalista", sendo que segundo sua análise, "passava-se, pura e simplesmente, de uma ditadura de classe burguesa dissimulada e paternalista para uma ditadura de classe burguesa aberta e rígida" (FERNANDES, 1974: 342).

O Estado brasileiro "adquire estruturas e funções capitalistas, avançando através delas, pelo terreno do despotismo político, não para servir aos interesses 'gerais' ou 'reais' da nação, decorrentes da intensificação da revolução nacional" (FERNANDES, 1974: 346). Nesse sentido, é interessante citar a conclusão prospectiva de Florestan:

No contexto histórico de relações e conflitos de classes que está emergindo, tanto o Estado autocrático poderá servir de pião para o advento de um autêntico capitalismo de Estado, *stricto sensu*, quanto o represamento sistemático das pressões e das tensões anti-burguesas poderá precipitar a desagregação revolucionária da ordem e a eclosão do Socialismo. (FERNANDES, 1974: 366).

A condição de heteronomia/dependência

Gabriel Cohn chama atenção para um aspecto político muito importante que decorre da forma brasileira de passagem à modernidade:

Na passagem da sociedade colonial para a nação independente, a camada senhorial de caráter estamental que se formara no regime colonial concentra-se na tarefa propriamente política de assenhoriar-se no poder, sem promover mudanças no plano social, e limitando-se no plano econômico ao que lhe importava de imediato: a ocupação dos postos-chave. (COHN, 1999: 399).

Trata-se de uma questão sobre a qual não resta dúvidas: antidemocráticas, as classes dominantes brasileiras sempre buscaram impor seus interesses sobre o conjunto da sociedade. “Todas as formas históricas do Estado, desde a Independência até o presente, denotam a continuidade e reiteração das soluções autoritárias, de cima pra baixo, pelo alto, organizando o Estado segundo interesses oligárquicos, burgueses, imperialistas” (IANNI, 1981: 12).

Na monarquia, o “poder moderador” reiterava e garantia o monopólio do aparelho estatal aos senhores de escravos, senhores de engenho, fazendeiros de café, proprietários de terras e interesses estrangeiros, ficando a grande massa da população (seja escrava, seja livre) alijada de qualquer benefício real. Segundo Octávio Ianni, nesse momento histórico o território brasileiro é um território ocupado, e o povo um povo conquistado: desde o princípio os blocos de poder aparecem como “arranjos de conquistadores”.

Ainda no período monárquico, se deu o processo histórico de formação do Estado nacional, sendo as campanhas abolicionista e republicana expressões da sociedade civil em formação. O amplo domínio da escravidão nega a existência de uma verdadeira sociedade civil burguesa, ou, ao menos, a existência de uma sociedade civil burguesa nos moldes clássicos; mas vários acontecimentos desse período serão a gênese da revolução burguesa que se desenrolará depois da abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da República no ano seguinte. Como exemplo desses acontecimentos podemos citar as “lutas de independência, revoltas e guerras populares, lutas separatistas, fugas e revoltas de escravos, cidadania, vida partidária, opinião pública e outros aspectos notáveis do processo histórico de formação do Estado nacional” (IANNI, 1981: 15).

Na *Primeira República* ou *República Velha* (1889 a 1930) o Estado oligárquico será marcado pela repressão contra o povo que tentava ampliar conquistas civis e democráticas. “Ao mesmo tempo, durante a primeira república, desenvolvia-se a política dos governadores, que permitia às classes dominantes dos estados mais poderosos capitalizar as disputas oligárquicas estaduais e as regionais, de modo a preservar e fortalecer o poder do bloco agrário que dominava o aparelho estatal” (IANNI, 1981: 15). Assim, sob o Estado monárquico (1822 a 1889), no qual o “poder moderador do rei tem uma conotação arbitrária”...

predominam os interesses do bloco agrário vinculado principalmente à cana e ao café. Em seguida, sob o Estado oligárquico (1889 a 1930), no qual a política dos governadores tem papel saliente, reforçando o autoritarismo, predominam os interesses do bloco agrário apoiado principalmente na cafeicultura. Depois, sob o

Estado populista (1930 a 1964), que passa por um período de ‘formação’ (1930-37) e pela ditadura do Estado Novo (1937-45), predominam os interesses do bloco industrial agrário [compondo interesses da cafeicultura, indústria, comércio e interesses imperialistas – P.P.Q], vinculado principalmente ao café e à indústria de bens de consumo duráveis. A partir de 1964, sob o Estado militar, apoiado em um poderoso bloco industrial, ou melhor, financeiro e monopolista, predominam os interesses da grande burguesia financeira e monopolista estrangeira. E, em todas essas épocas, o imperialismo inglês, alemão, norte-americano e outros estão presentes e são decisivos. (IANNI, 1981: 22)

Alguns autores afirmam que a peculiaridade da revolução burguesa brasileira estaria na realização precária e deficitária desta. Segundo as análises de Florestan Fernandes é um total equívoco entender a revolução burguesa brasileira nesses termos; segundo o professor nossa burguesia foi extremamente competente para fazer nossa “revolução burguesa”, mas a fez de uma forma original, a forma que lhe era mais conveniente ou possível. Nossa revolução não foi precária ou deficitária, uma vez que instituiu o regime capitalista em perfeita sintonia com os interesses do capital monopolista. A fim de compreender sua especificidade não se deve compará-la com a via clássica de revolução burguesa francesa, inglesa e norte-americana, ou mesmo com a via alemã, para então ver “o que faltou” à nossa revolução burguesa.

Nossa revolução burguesa, segundo Florestan, não foi “incompleta”, apenas teve particularidades que a diferenciam fundamentalmente de todas as outras revoluções desse tipo. Por não ser “incompleta”, a problemática do subdesenvolvimento brasileiro, tido como um estágio passageiro, é reposta em termos muito mais concretos e realistas. Não se trata de lutar pela conquista daquilo que nossa burguesia teria sido “incapaz” de conquistar. Não se trata de superar os elementos do passado que nos relegaram o “atraso” frente aos países capitalistas centrais. Nossa condição heteronômica demanda uma saída mais radical, que verdadeiramente rompa com a lógica do capital monopolista, reproduzidor da heteronomia.

Assim, já na década de 70 o teórico paulista desmascara a falácia “desenvolvimentista” que hoje justifica astronômicos subsídios estatais ao crescimento (e não desenvolvimento) econômico – pautado ideologicamente nos sempre recordistas índices de exportação de *commodities*, e outras falácias como por exemplo PIB, PNB e toda querela economicista.

Nosso capitalismo, “dependente, subdesenvolvido e imperializado”, é um “capitalismo selvagem” conforme a precisa conceituação de Florestan. Este, segundo Heloísa Fernandes,

é e será crescentemente uma máquina de exploração, de opressão e de discriminação sem concerto, nem saídas porque, quanto mais esse capitalismo se desenvolve, tanto maior a exploração, a opressão e a discriminação, agravando a selvageria que é sua própria condição. Por isso mesmo, para Florestan, o capitalismo selvagem só se mantém e reproduz graças à sua sobredeterminação política". (FERNANDES, H, 2006).

Portanto, não se trata de interpretar a revolução brasileira como uma revolução frustrada. A revolução brasileira, de periferia, é por excelência um fenômeno predominantemente político, de criação e consolidação das estruturas de poder garantidoras da hegemonia burguesa, que controla e submete a seus interesses toda a estrutura política e econômica da nação.

Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as estrangeiras dos países de capitalismo central estão interessadas em

manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore. Semelhante reciprocidade de interesses e de orientação faz com que [...] a Revolução Burguesa 'atrasada', da periferia, seja fortalecida por dinamismos especiais do capitalismo mundial e leve, de modo quase sistemático e universal, a ações políticas de classe profundamente reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe. (FERNANDES, 1974: 343).

Capitalismo selvagem, circuito fechado, democracia restrita, cooptação, variância entre ditadura dissimulada e ditadura aberta/escancarada, esses são alguns elementos que compõem e qualificam a especificidade da revolução burguesa no Brasil. O conceito de capitalismo selvagem é *preciso* para elucidar a particularidade brasileira, na medida em que "carrega um julgamento sem perdão, rememorando o fracasso dos dominantes e o grito dos excluídos". (FERNANDES, H, 2006)

Para evitar confusões, consideramos importante delimitar um pouco melhor o par conceitual heteronomia/dependência, segundo o entendimento de Florestan. Enquanto "forma periférica e dependente do capitalismo monopolista" (FERNANDES, 1985: 85), a condição heteronômica aparece associada de modo inexorável às formas nacionais e estrangeiras do capital financeiro. Nesse sentido, Florestan não atribui o caráter de "dependente" exclusivamente à dominação externa, à relação entre países. O capitalismo possui a sua própria lógica econômica, que consiste exatamente na articulação entre mecanismos 'de fora pra dentro' ou seja, dos centros capitalistas hegemônicos para as

economias capitalistas dependentes, e 'de dentro pra fora' ou seja, da periferia do sistema para os centros hegemônicos do capital.

Quanto a esses dois fatores, o externo e o interno, Florestan aponta uma interdependência, ou seja, "um não se fortalece sem ou contra o outro" (FERNANDES, 1973: 54). Não é por outro motivo que Florestan sempre faz questão de salientar a parceria existente entre burguesias "locais", do capitalismo dependente, e burguesias "hegemônicas", ou seja, imperialistas. Ora, no entender de Florestan, que julgamos pertinente, essas relações são apontadas como algo que não se esgota ou resume em relações *entre nações*. O que há é um complexo sistema do capital hegemônico que articula eficazmente sua dominação externa de forma conjugada com a dominação/exploração interna, local, pesando duplamente sobre a massa trabalhadora; uma exploração do trabalho excedente que se mostra potencializada ao máximo nos países da periferia do sistema.

Florestan é contundente ao afirmar que de fato a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma

depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus agentes privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobreexploração capitalistas. (FERNANDES, 1973: p. 45).

A dominação externa se duplica na dominação interna e os setores sociais dominantes internamente superexploram, e conseqüentemente superdominam, a massa da população, a fim de garantir seus privilégios e a partilha do excedente econômico com as burguesias dos países hegemônicos centrais. Portanto o significado da dependência está claro: trata-se da instauração de um padrão de acumulação típico da relação de parceria desigual entre as burguesias. Tal padrão Florestan designa com precisão como "sobreapropriação repartida do excedente econômico" (FERNANDES, 1973: 57). Sobre-exploração e autocracia burguesa, tais são os elementos que, conjugados, constituem o capitalismo selvagem à brasileira. Nossa particularidade capitalista conjuga crescimento econômico dependente com miséria generalizada, além de resguardar a concreção de direitos e garantias democráticas apenas para os setores dominantes.

Comentando as motivações de sua pesquisa, Florestan aponta um corolário político da particular revolução burguesa brasileira que é de suma atualidade:

Não se tratava, apenas, de defender a "liberdade" e a "democracia". Porém, de por em evidência que a sociedade de classes engendrada no capitalismo da periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos. Ela desemboca em um democracia restrita e em um Estado autocrático-burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente. (FERNANDES, 1978: 202)

Os padrões de revolução burguesa dos países capitalistas centrais fizeram de suas revoluções o eixo da resolução da questão nacional, implantando a democracia burguesa. Já na nossa particular modalidade de revolução burguesa houve uma dissociação dos dois processos, o desenvolvimento ao nível econômico e ao nível político, que permitiu continuar a revolução burguesa em um plano, acelerando-se o crescimento econômico e a transição para uma forma limitada de industrialismo², enquanto se promovia a contra-revolução pura e simples no plano político. Contra-revolução que oferecia as condições para a continuação da revolução no plano econômico, assegurando a estabilidade política por meio da imposição de uma "paz social" em um contexto de forte arrocho salarial e crescimento das desigualdades sócio-econômicas, ilegalidade das greves, pulverização dos sindicatos mais combativos, etc., o contexto do chamado "milagre brasileiro".

Com o Golpe militar de 1964, aprofundado em 1968, tratava-se, segundo pensamos, da transformação do Estado representativo autoritário em um Estado policial-militar ultra-repressivo, que configurou uma democracia restrita, enganosa, cujos traços fundamentais de autoritarismo e exclusão social sobreviveram ao fim formal do regime, em 1985. O caráter antidemocrático do domínio burguês no Brasil persistiu mesmo depois de promulgada a Carta de 1988, ou seja, mesmo depois do fim da explícita ditadura civil-militar; o que mostra que os fundamentos de tal autoritarismo e exclusão econômica e política estão localizados muito mais profundamente que nas simples formas de governo. Devem-se procurar tais fundamentos no sistema do capital e sua forma de ser particularmente periférica, brasileira.

Em síntese, a revolução burguesa no Brasil se deu de tal forma que prejudicou a nação como um todo nos três níveis simultaneamente:

No nível **econômico**, ela acelera o crescimento econômico mantendo e até aprofundando a distância relativa entre as classes possuidoras e não-possuidoras; no

² O qual em início dos anos 1990 foi novamente relegada a segundo plano pelas privatizações da era FHC e uma clara preferência à "agroexportação", levada ao paroxismo nos governos Lula.

plano **social**, ela preserva ou agrava as funções da desigualdade como obstáculo ao equilíbrio e à expansão do regime de classes propriamente dito; no nível **político**, ela impede o verdadeiro equacionamento nacional das estruturas de poder do Estado, já que se limita a identificar essas estruturas com a dominação autocrática da burguesia. (FERNANDES, 1995: 130)

Em busca da história como liberdade

Ao apreender a especificidade da revolução burguesa no Brasil, Florestan formula a tese da associação entre desenvolvimento capitalista dependente e regimes políticos de natureza autocrática, no sentido de concentração privatista e exclusivista do poder. Segundo o mestre, em dissonância com o modelo "clássico" de revolução burguesa, o que se realiza na periferia é, por um lado, uma forte *dissociação pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia, e por outro, uma forte *associação racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia.

Grosso modo, segundo Florestan, as nações capitalistas hegemônicas e as multinacionais, através de toda uma rede internacional de instituições econômicas, políticas, militares e culturais, se articularam com as burguesias dependentes de forma que estas conseguissem aquilo que havia se tornado uma necessidade histórica para sua sobrevivência enquanto classe: passaram a ter maior poder de autodefesa frente às pressões populares internas, e maior capacidade de garantir seus privilégios políticos e econômicos.

As burguesias periféricas, com o apoio irrestrito dos centros imperialistas, se tornaram aptas a reestruturar as funções do Estado, tornando-o totalmente subserviente aos interesses do capital, seja nativo ou estrangeiro. Elucidativo nesse sentido é a ideia da associação entre descolonização mínima com modernização máxima. Com o Estado mais que nunca atrelado ao capital, através da repressão aos movimentos de cunho democrático-popular e mais ainda aos movimentos socialistas, viabilizou-se o uso tirânico indiscriminado das estruturas coercitivas estatais. Esse uso tirânico em vistas da contra-revolução permanente é uma característica marcante da forma particular pela qual as burguesias periféricas em parceria subordinada aos centros imperialistas realizaram a revolução autocrático-burguesa brasileira.

Dessa forma, na contramão daquela visão que esperava atitudes progressistas por parte da burguesia brasileira, Florestan não deixa espaço pra qualquer tipo de ilusão romântica: "os tempos históricos da revolução democrático-nacional foram superados e

substituídos pelos tempos históricos da aceleração do desenvolvimento econômico e do aprofundamento da incorporação aos mecanismos econômicos, culturais e políticos do sistema de poder mundial do capitalismo” (FERNANDES, 1978: 204).

Uma das particularidades desse Estado autocrático-burguês que se consolida na Revolução burguesa brasileira é que dado o momento histórico em que ele se configura no Brasil, ele precisa absorver tecnologia avançada ao mesmo tempo em que preserva suas costumeiras conexões com o capital “nacional” e “estrangeiro” (as aspas se devem ao fato de que nesse momento histórico as relações capitalistas não mais se dão propriamente entre nações, pois o capital já se tornou essencialmente transnacional – ainda que isso não signifique separação total dos estados nacionais e embora o elemento nacionalista burguês permaneça em muitos casos determinante e, portanto, importantíssimo à compreensão da dinâmica do capital). Sob essa forma autocrática esse Estado se consolida enquanto guardião e defensor dos interesses de classe tanto da burguesia nacional quanto dos setores imperialistas estrangeiros. O Estado, sob a autocracia burguesa,

não é funcional para a defesa da igualdade dos cidadãos perante a lei ou a ordem política estabelecida. Portanto, ele só é instrumental para a imposição de uma estabilidade política que se mantém pela força bruta e pela ameaça potencial, e que, por sua vez, constitui o requisito político para a intensificação da acumulação capitalista e a aceleração do desenvolvimento econômico. (FERNANDES, 1978: 204).

A consolidação do capitalismo brasileiro – de periferia – se fez através da conjugação histórica de elementos desiguais dentro do sistema mundial do capital; as necessidades políticas defensivas aliadas às necessidades renovadas do capital monopolista levaram ao fortalecimento de um Estado autocrático-burguês brasileiro que instaurou uma democracia deficitária e fetichizada, mostrando a inviabilidade histórica, para o capital, da realização da reforma agrária brasileira.³ Também demonstrou ser inviável o

³ “O censo agropecuário de 2006, divulgado em 2009 pelo IBGE, põe uma luz sobre dois modelos agrícolas em disputa hoje no nosso país. Nele está evidenciado que: a agricultura familiar, ocupando apenas 24% da área agrícola, produz 38% da riqueza desse setor produtivo; emprega 75% da mão-de-obra no campo; responde por 87% da produção nacional de mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos. Do outro lado, a agricultura não-familiar, o chamado agronegócio, representa apenas 15,6% do total de estabelecimentos agrícolas, mas monopoliza 75,7% da área agrícola e impõe ao país um modelo, há cinco séculos, centrado na grande propriedade, na monocultura extensiva e no interesse de atender o mercado externo. Se é verdade que o setor agroexportador é responsável por um significativo saldo na balança comercial, é impossível ignorar a que custos – econômicos, sociais e ambientais – essas divisas externas são obtidas. A depredação ambiental, os trabalhadores mantidos em regime de semiescravidão, a concentração da renda e da riqueza, a anistia das dívidas dos ruralistas a cada cinco anos, a expulsão de milhares de famílias do campo; estes são apenas alguns exemplos do que nos

estabelecimento das bases para um desenvolvimento econômico autônomo face ao capitalismo central, que possibilitasse uma maior acumulação interna e seus benefícios ao mercado de consumo nacional. Além disso, ficou clara a inviabilidade histórica de uma democracia minimamente substantiva, capaz de garantir direitos sociais importantes 'avida cotidiana da classe trabalhadora. Enfim, há uma série de ganhos econômicos e políticos "típicos" que no modelo clássico de revolução burguesa foram levados a cabo pela própria burguesia nacional e que, na Revolução Brasileira, ficaram irrealizados, necessariamente postergados – no que depender do capital – *ad infinitum*.

Para concluir esses apontamentos, reproduzimos uma passagem importante da obra de Florestan em que ele demonstra sua forte expectativa em torno das potencialidades que um aprofundamento da revolução *dentro da ordem* e uma maior participação das massas no processo democrático abririam, trazendo "consequências socializadoras de importância estratégica". Tal passagem deve ser lida com cautela e de forma crítica, pois Florestan tem aqui em vista a redemocratização e a criação do *Partido dos Trabalhadores* e toda a potencialidade desse momento histórico; ora, como era impossível de prever, por certo o mestre paulista ficaria um tanto decepcionado com os frutos dessa ascensão. Segue a passagem:

Uma sociedade capitalista semidemocrática é melhor que uma sociedade capitalista sem democracia alguma. Nesta, nem os sindicatos nem o movimento operário podem se manifestar com alguma liberdade e crescer naturalmente. Por isso, a "revolução dentro da ordem" possui um conteúdo bem distinto do que ela assumiu na órbita histórica dos países capitalistas centrais. As classes burguesas não se propõem as tarefas históricas construtivas, que estão na base das duas revoluções, a nacional e a democrática; e as classes trabalhadoras têm de definir por si próprias o eixo de uma revolução burguesa que a própria burguesia não pode levar até o fundo e até o fim, por causa de vários fatores (a persistência de estruturas coloniais e neocoloniais que afetam as relações de produção, a distribuição e o consumo; a aliança com burguesias externas imperialistas; o medo permanente de deslocamento, que atormenta os setores nacionais da burguesia - diante dos deserdados da terra e do proletariado, mas, também, diante dos centros imperiais). Os que repudiam tais tarefas históricas do proletariado por temor do oportunismo e do reformismo ignoram duas coisas. Primeiro, que, sem uma maciça presença das massas destituídas e trabalhadoras na cena histórica, as potencialidades nacionalistas e democráticas da ordem burguesa não se libertam e, portanto, não podem ser mobilizadas na fase em transcurso de organização do proletariado como classe em si. Segundo, que o envolvimento político das classes trabalhadoras e das massas

custa a manutenção do modelo do agronegócio. Um modelo que tem, num dos seus alicerces de sustentação, a violência contra os trabalhadores que ousam se contrapor a essa forma de produzir no campo". Publicado em 15/10/09 - "Disputa de modelos agrícolas" Editorial do Jornal Brasil de Fato, edição 346, ano 7. Comentei brevemente a contribuição de Florestan para o entendimento da questão da criminalização dos movimentos sociais, em especial do Movimento dos Sem-Terra, em POLESE, P. (2009). Para uma análise de maior fôlego sobre a problemática ver PINASSI (2009) Cap. 4 a 7 e BUHL & KOROL (2008).

populares no aprofundamento da revolução dentro da ordem possui conseqüências socializadoras de importância estratégica. A burguesia tem pouco que dar e cede a medo. O proletariado cresce com a consciência de que tem de tomar tudo com as próprias mãos e, a médio prazo, aprende que deve passar tão depressa quanto possível da condição de fiel da "democracia burguesa" para a de fator de uma democracia da maioria, isto é, uma democracia popular ou operária. No nível mais amplo, a noção de revolução tem de ser calibrada pelas classes trabalhadoras em termos das relações antagônicas entre burguesia e proletariado dentro do capitalismo da era atual. A época das revoluções burguesas já passou; os países capitalistas da periferia assistem a uma falsa repetição da história: as revoluções burguesas em atraso constituem processos estritamente estruturais, alimentados pela energia dos países capitalistas centrais e pelo egoísmo autodefensivo das burguesias periféricas. Estamos na época das revoluções proletárias e pouco importa que elas só tenham aparecido nos "elos débeis" do capitalismo. O que se configurava como um processo que iria dos países centrais para a periferia, de fato caminhará da periferia para o centro! (FERNANDES, 1981: 8)

Contrariamente às expectativas de Florestan, o governo do PT (tanto Lula quanto sua extensão com o governo Rousseff) atende muito mais aos interesses do capital transnacional em "segurar as massas", impedir a explosão de contestações que afrontem a ordem e, assim, garantir a manutenção sem "incômodos" de uma alta taxa de exploração do trabalho, isentando o patronato de parte do salário ao mesmo tempo em que aumenta o poder de compra da população (por exemplo com subsídios governamentais, linhas de crédito e os bolsa-família, etc), se tratando, portanto, muito mais de um *tipo* de governo que continuou e levou até o fim a plataforma socialdemocrata e neoliberal, com uma lógica forte de contra-reforma agrária que elevou o país ao primeiro posto no ranking de concentração de terras, em 2008. Um governo que sequer ensaiou minimamente o rompimento em relação às amarras do capital, tendo talvez ampliado o leque de seus tentáculos, antes vindos de forma concentrada do norte da América, agora da Ásia, Europa e alguns países da África. E o que é mais importante: tratam-se de governos que não facilitaram em nada (pelo contrário, dificultaram, pelo peso ideológico do Partido e, em especial, da figura carismática de Lula) o desenvolvimento democrático de órgãos e formas de resistência da classe trabalhadora, tendo antes silenciado, consentido e mesmo empolgado inúmeras repressões a movimentos sociais que lutam por terra, moradia, etc.

Concluindo, se a revolução burguesa no Brasil, em relação aos ganhos para a classe trabalhadora, se configurou em verdade como uma contra-revolução defensiva, resultando no Capitalismo Selvagem, essencialmente antidemocrático, então nada há que esperar da burguesia "nacional" ou "estrangeira", a não ser a crescente barbarização do cotidiano. Assim, conforme a enfática colocação de Florestan, "a alternativa para a 'história como liberdade', na periferia, só poderá vir do Socialismo" (FERNANDES, 1978: 207).

Referências bibliográficas

- ARRUDA, M. A. N. *A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a "Escola Paulista"*. In: Micéli, S. (org). História das Ciências Sociais no Brasil. v.2. São Paulo: Sumaré/Idesp/Fapesp, 1995.
- BUHL, K & KOROL, C. *Criminalização dos Protestos e Movimentos Sociais*. SP: IRL, 2008.
- CHASIN, J. *A Miséria Brasileira: Do Golpe Militar à Crise Social*. Santo André: Ad Hominem, 2000.
- COHN, Gabriel. "Florestan Fernandes – A Revolução Burguesa no Brasil". In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. São Paulo: Senac, 1999.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- _____. *Resposta às intervenções: um ensaio de interpretação sociológica crítica*. In: FÉLIX, Moacir (org.). *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1978.
- _____. *O que é revolução*, São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. *Em Busca do Socialismo*. São Paulo, Xamã, 1995.
- FERNANDES, Heloísa. *Capitalismo selvagem, dominação autocrático-burguesa e revolução dentro da ordem*. In: Revista Margem Esquerda nº8. São Paulo: Boitempo, 2006.
- IANNI, O. *O Ciclo da Revolução Burguesa no Brasil*. In: Temas de Ciências Humanas nº10. São Paulo, nº 10, 1981.
- NETTO, José Paulo. *Florestan Fernandes: uma recuperação marxista da categoria revolução*. In: *Marxismo Impenitente*. Rio de Janeiro: Cortez, 2007.
- PINASSI, Maria Orlanda. *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*. SP: Boitempo, 2009.
- POLESE, Pablo. *A atualidade de Florestan Fernandes*. In: Agência Brasil de Fato, 08/10/2009. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/analise/atualidade-de-florestan-fernandes>
- PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SAMPAIO JR., P. A. *Entre a nação e a barbárie: Os dilemas do capitalismo dependente*. RJ: Vozes, 1999.